



**LEI Nº 3.504 DE 02 DE JULHO DE 2025.**

“Dispõe sobre o programa de recuperação fiscal 2025 e dá outras providências”

A **CÂMARA MUNICIPAL DE INHUMAS**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONO** a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Institui-se o Programa de Recuperação Fiscal Municipal – REFIS MUNICIPAL, com a finalidade de implementar a arrecadação, bem como efetivar a regularização de créditos do município, decorrentes de débitos dos contribuintes (pessoas física e jurídica), relativos a impostos, taxas e contribuições de melhorias municipais em razão de fatos geradores ocorridos até **31 de Dezembro de 2024**, constituídos ou não em dívida ativa, parcelados, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

**Parágrafo Único** – Fica excluído do programa instituído por esta lei, os débitos decorrentes do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Art. 2º** - O ingresso no REFIS MUNICIPAL dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus ao regime especial de consolidação dos débitos fiscais referidos no artigo anterior.

**Parágrafo único** - O ingresso no REFIS MUNICIPAL implica inclusão da totalidade dos débitos referidos no artigo 1.º, referente cadastro requerido pelo contribuinte, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no programa mediante confissão.

**Art. 3º** - A opção pelo REFIS MUNICIPAL poderá ser formalizada, mediante solicitação escrita do contribuinte.

**Art.4º** - Os créditos tributários poderão ser pagos em parcela única ou parcelados nos termos desta lei.

**§ 1º** - Os débitos existentes em referência ao cadastro do optante serão consolidados tendo por base a formalização do pedido de ingresso no REFIS MUNICIPAL.



*ITAMAR JÚNIOR FLÔRES DE PAULA*  
Secretário de Gestão

§ 2º - A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em referência ao cadastro do contribuinte (pessoa física ou jurídica), inclusive os acréscimos legais, multa de mora ou de ofício, juros moratórios e atualização monetária, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 3º - Para fins de pagamento dos débitos fiscais em qualquer das formas instituídas por esta lei, fica o Poder Executivo autorizado a emitir boletins de cobrança bancária em nome dos contribuintes devedores.

§ 4º - O pedido de ingresso no Refis implica:

I- Confissão irrevogável e irretratável dos débitos tributários;

II- Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte.

**Art. 5º - Será excluído do REFIS MUNICIPAL:**

I- O inadimplente de tributos municipais relativos a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo ou inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta lei;

II- O contribuinte que praticar qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante;

III- O contribuinte que atrasar o pagamento de qualquer parcela por mais de 60 (sessenta) dias do vencimento do crédito tributário, ficando impedida a inclusão dos referidos créditos em um novo ingresso ao programa.

**Parágrafo único -** Exclusão do optante do REFIS MUNICIPAL implicará a exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado ainda não pago, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, prosseguindo-se as eventuais execuções fiscais ou imediata inscrição em dívida ativa do débito ainda não ajuizado e consequente cobrança judicial.

**Art. 6º -** Fica autorizado concessão de desconto e parcelamento, da seguinte





forma:

I- 90% (noventa por cento) de desconto sobre a totalidade dos juros e demais encargos incidentes sobre o valor principal, se o pagamento for avista;

II- 85% (oitenta cinco por cento) de desconto sobre a totalidade dos juros e demais encargos incidentes sobre o valor principal se pagos em 02 (duas parcelas) mensais;

III- 80% (oitenta por cento) de desconto sobre a totalidade dos juros e demais encargos incidentes sobre o valor principal se pagos em 03 (três parcelas) mensais;

IV- 75% (setenta cinco por cento) de desconto sobre a totalidade dos juros e demais encargos incidentes sobre o valor principal se pagos em 04 (quatro parcelas) mensais;

V- 70% (setenta por cento) de desconto sobre a totalidade dos juros e demais encargos incidentes sobre o valor principal se pagos em 05 (cinco parcelas) mensais;

VI- 65% (sessenta e cinco por cento) de desconto sobre a totalidade dos juros e demais encargos incidentes sobre o valor principal se pagos em 06 (seis parcelas) mensais;

VII- 60% (sessenta por cento) de desconto sobre a totalidade dos juros e demais encargos incidentes sobre o valor principal se pagos em 07 (sete parcelas) mensais;

VIII- 55% (cinquenta e cinco por cento) de desconto sobre a totalidade dos juros e demais encargos incidentes sobre o valor principal se pagos em 08 (oito parcelas) mensais;

IX-50% (cinquenta por cento) de desconto sobre a totalidade dos juros e demais encargos incidentes sobre o valor principal se pagos em 09 (nove parcelas) mensais;

X- 45% (quarenta e cinco por cento) de desconto sobre a totalidade dos juros e demais encargos incidentes sobre o valor principal se pagos em 10 (dez parcelas)



mensais;

**Art. 7º-** O pedido de adesão ao REFIS deverá ser protocolado até **90 (noventa) dias** a contar da publicação desta lei.

**§ 1º** - Para os fins do disposto no artigo anterior o valor das parcelas não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

**§ 2º** - O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias recolhidas.

**§ 3º** - O não pagamento das parcelas até o dia do vencimento, desde que não superior a 30 (trinta) dias de atraso, não impedirá o seu recebimento e acarretará a multa na seguinte proporcionalidade:

I- 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela inadimplida quando o pagamento for efetuado até quinze (15) dias após verificado o vencimento;

II- 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida quando o pagamento for efetuado até trinta (30) dias após verificado o vencimento;

**Art. 8º** - O Prefeito, através de Decreto, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de inscrição ao REFIS MUNICIPAL e parcelamento de que trata a presente Lei.

**§ 1º** - O contribuinte que, optando por pagamento a vista ou em parcelas, não efetuar o pagamento após 30 (trinta) dias do vencimento estipulado, terá o benefício concedido nesta lei revogado, voltando a incidir os encargos legais.

**§ 2º** - Na hipótese de revogação do benefício ao contribuinte, caso este tenha pago qualquer parcela, esta será abatida do saldo remanescente apurado.

**Art. 9º** - A inclusão no REFIS MUNICIPAL fica condicionada à desistência, expressa e irrevogável, das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte, bem como da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial, assim como a renúncia e/ou desistência, por parte do devedor, dos embargos à execução ajuizada.





  
ITAMAR JÚNIOR FLÔRES DE PAULA  
Secretário de Gestão

§ 1º - Na desistência de ação judicial, o contribuinte suportará as custas judiciais, honorários e as diligências do oficial de justiça decorrentes dos órgãos judiciais.

§ 2º - Verificando-se a hipótese deste artigo, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução pelo prazo de parcelamento ou enquanto estiver cumprindo o pagamento das parcelas a que se obrigou, obedecendo-se o estabelecido no Código de Processo Civil.


§ 3º - Liquidado o parcelamento, o Município informará o fato ao Juízo da Execução Fiscal e requererá a sua extinção.

§ 4º - Os contribuintes que tiverem o benefício criado por esta lei revogados, automaticamente serão incluídos na dívida ativa e executados judicialmente.

**Art. 10** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS, AOS 02 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2025.**

  
JOSÉ ESSADO NETO  
Prefeito de Inhumas

  
ITAMAR JÚNIOR FLÔRES DE PAULA  
Secretário de Gestão